



O TRATADO DE COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO ENTRE BRASIL E PORTUGAL E OS ESFORÇOS DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL PORTUGUESA EM ESTIMULAR AS RELAÇÕES COMERCIAIS LUSO-BRASILEIRAS (1933-1945)

Priscila Musquim Alcântara de Oliveira
Doutoranda em História – UFJF

RESUMO: Este trabalho se propõe a analisar as relações entre Brasil e Portugal entre nos anos de 1933 e 1945, levando em conta os contextos políticos dos dois países. A análise parte da assinatura do Tratado de Comércio e Navegação de 1933 e de seu protocolo adicional de 1941, dando ênfase aos esforços empreendidos pelo presidente da Associação Comercial de Lisboa, Joaquim Roque da Fonseca, para fortalecer as relações comerciais entre Portugal e Brasil. Politicamente, o governo Português encarava a aliança luso-brasileira como um fator de contribuição expressiva para a sustentação e sobrevivência do Estado Novo de Portugal. Além disso, com o Bloqueio Britânico, a indústria e agricultura portuguesas sofreram as conseqüências impostas pelas restrições das atividades comerciais e essa situação levou o governo à procura de novas alternativas para a economia do país e entre as possibilidades, estava o incremento das relações comerciais com o Brasil.

Palavras-chave: Tratado de comércio e navegação; Relações luso-brasileiras; Roque da Fonseca; Estado Novo.

ABSTRACT: This paper aims to analyze the relationship between Brazil and Portugal in the years between 1933 and 1945, taking into account the political contexts of the two countries. Additional analysis of the signing of the Treaty of Commerce and Navigation of 1933 and its protocol of 1941, emphasizing the efforts made by the president of the Commercial Association of Lisbon, Roque Joaquim da Fonseca, to strengthen trade relations between Portugal and Brazil. Politically, the Portuguese government faced the Luso-Brazilian alliance as a significant contributor to the support and survival of the new state of Portugal. Moreover, with the British Blockade, the Portuguese industry and agriculture suffered the consequences imposed by the constraints of commercial activated and this situation led the

government looking for new alternatives to the country's economy and among the possibilities, was the increase in trade relations with Brazil.

Keywords: Treaty of trade and navigation; Luso-Brazilian relations; Roque da Fonseca; Estado Novo.

Este trabalho faz parte de uma pesquisa em andamento junto ao programa de pós-graduação em história na Universidade Federal de Juiz de Fora intitulada *Empresariado e Estado Novo no Brasil e em Portugal: uma investigação a respeito de suas elites empresariais em contextos autoritários (1933-1945)*, que se propõe a analisar de maneira comparada a relação entre empresários e o Estado nas experiências autoritárias do Brasil e de Portugal, ambas denominadas Estado Novo. São apresentados os resultados de uma investigação inicial acerca da relação entre Estado e empresariado em Portugal entre fins do século XIX e meados do século XX, tendo como fio condutor a trajetória de Joaquim Roque da Fonseca como representante do patronato português nesse período.

A pesquisa concentra-se, além disso, nas relações luso-brasileiras, em especial no campo econômico, observando as articulações, os interesses envolvidos e as dificuldades envolvendo esses esforços.

O trabalho divide-se em três partes: na primeira seção

Considerações acerca da relação entre estado e empresariado em Portugal (1911-1926).

Joaquim Roque da Fonseca nasceu em Lisboa em 11 de novembro de 1891. O ano em que se inicia uma crise financeira em Portugal, após um período de relativa estabilidade política e econômica, marcado por reformas institucionais e por iniciativas de cunho liberal no governo monárquico português. As bases que definiram a estabilidade vivida em Portugal foram definidas na legislação de 1854, que consagrou o padrão-ouro como regime monetário e emissão da moeda-padrão sob o controle do mercado, com a liberalização do trânsito de metais com o exterior. Uma possível razão para a adoção desse regime monetário seria a necessidade de construir um ambiente de confiança para o investimento estrangeiro, especialmente para o inglês, já que Londres era o maior centro financeiro mundial no período

(SANTOS, 2001, p. 185).

O Estado assumiu o papel de alocador de recursos e investimentos, que incluíram a construção de redes telegráficas, ferroviárias e rodoviárias. O governo geria esses investimentos com recurso ao endividamento interno e externo. Tratava-se de um típico conjunto de investimentos de longo prazo e grande risco, possibilitado pelo crédito fácil das décadas de 1850 e 1860. Embora financiado pelos particulares através da compra de títulos da dívida pública, o Estado era o único agente com capacidade de agregar e gerir o capital, garantindo a implementação de investimentos (SANTOS, 2001, p. 185-190).

O regime monetário do padrão-ouro mostrou-se capaz de atrair investidores estrangeiros aos títulos da dívida pública várias vezes emitidos; para os nacionais, o ambiente de lento crescimento económico do país sob o regime proteccionista, não incentivando investimentos substanciais em estruturas de capital produtivo, fazia esses títulos aparecerem também como uma boa alternativa (SANTOS, 2001, p. 185-190).

Assim, ao longo de quatro décadas, houve esforços do Estado para atrair ouro dos particulares, tanto de portugueses residentes no país como no estrangeiro, especialmente o Brasil, além dos financeiros estrangeiros aos títulos da dívida pública, de maneira que os juros devidos, as despesas extraordinárias e demais custos pudessem ser quitados anualmente.

No entanto, este modelo logo chegaria ao seu limite. Segundo Manuel Affonso d'Espregueira, grande parte dos recursos obtidos por meio de empréstimos foram consumidos nos serviços próprios dos ministérios, e no pagamento dos juros da dívida pública (ESPREGUEIRA, 1986). A interrupção das transferências monetárias para Portugal desequilibravam de maneira drástica os pagamentos a serem feitos pelo Estado, e conseqüentemente, expunham a fragilidade da economia portuguesa.

Anos antes, em 1886, Portugal havia passado por um impasse diplomático com seu principal parceiro econômico: a Inglaterra. O governo inglês embarreirou o projeto português de unir os territórios de Angola e Moçambique. Essa união contrariava os objetivos ingleses de unir as cidades do Cairo e do Cabo (Colosso de Rhodes). Enviaram então um ultimado a Carlos I, exigindo que os portugueses abandonassem o território, e caso não o fizessem, seria declarada guerra contra Portugal. O rei português acatou o ultimado, o que repercutiu de maneira negativa entre os

portugueses, que consideraram humilhante a atitude.

Outro acontecimento, não envolvendo diretamente Portugal, mas que afetou a economia do país foi a proclamação da República no Brasil, em 1889. Em termos políticos, entre setores republicanos, o acontecimento foi encarado com surpresa e como fato digno de admiração e estímulo. Entretanto, setores que possuíam ligações comerciais com o Brasil compartilharam com os republicanos lusitanos apenas o sentimento de surpresa, pois imediatamente, a mudança política causou-lhes um leque de preocupações. Qualquer crise na economia brasileira poderia repercutir de maneira direta em Portugal. A antiga colônia era regular devedor de Portugal. Seus pagamentos garantiam o equilíbrio das finanças portuguesas junto a Inglaterra, principal credor de Portugal e ao mesmo tempo o principal mercado para os produtos que o Brasil exportava⁵²⁵. Os setores empresariais portugueses que mantinham relações comerciais com o Brasil preocupavam-se com questões relacionadas as finanças públicas brasileiras, especialmente as questões cambiais. Produtores de vinho também se inquietavam com possíveis abalos nas exportações do produto para o Brasil. O jornal *O Commercio do Porto*, representante desses setores, classificou a proclamação da República como um ato precipitado. Passou a defender em suas páginas o estabelecimento de tratados comerciais com o Brasil, para garantir a manutenção dos laços que ligavam os dois países, já encarando a possibilidade de que, sob um regime republicano, o eixo de interesses econômicos do Brasil se deslocasse para os Estados Unidos (GONÇALVES, 2007, p.109-119).

Os anos seguintes à Proclamação da República no Brasil foram marcados pela baixa do câmbio brasileiro, que implicaram ainda na diminuição das remessas enviadas por emigrantes portugueses no país. Ao longo de 1890, o governo português enfrentou crescentes dificuldades para honrar os encargos de sua dívida e prestar auxílio a bancos e companhias ferroviárias e coloniais, já à beira da falência (GONÇALVES, 2007, p.109-119).

⁵²⁵ Segundo o historiador português Eduardo Cordeiro Gonçalves, “a praça de Londres converte-se num ‘intermediário forçado’ da transferência de capitais que anualmente entravam em Portugal provenientes do Brasil. Londres é, dessa forma, ‘o nosso banqueiro e ao mesmo tempo, o banqueiro do Brasil’, depreendendo-se daqui a inequívoca importância da evolução cambial brasileira para Portugal”. Cf. GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro. Ressonâncias em Portugal da Implantação da República no Brasil (1889-1895). In: HOMEM, Amadeu Carvalho; SILVA, Armando Malheiro; ISAÍIA, Artur César (coord). *Progresso e Religião. A República no Brasil e em Portugal. 1889-1910*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007, p.112

Em janeiro de 1891, eclodiu na cidade do Porto a primeira revolta armada contra a monarquia, rapidamente contida pelas forças policiais. Carlos I dissolveu o parlamento e conduziu o país a uma ditadura com João Franco à frente das decisões políticas. Em 1º de fevereiro de 1908, Carlos I e seu filho, o príncipe herdeiro D. Luís Filipe foram assassinados em Lisboa. Assumiu o poder então D. Manuel II, que demitiu João Franco e restabeleceu o parlamento em Portugal. Contudo, não conseguiu recuperar o apoio da população e impedir o avanço do movimento republicano no país.

O movimento republicano português, portanto, tinha suas bases fundamentadas muito além da simples contestação à monarquia como forma de governo. Corresponhia, na verdade, a um dos reflexos da crise do liberalismo que atingia o país naquele período.

Segundo Fernando Rosas,

As agudas dificuldades financeiras dos anos 90 trazem consigo, antes do mais, a própria falência do modelo econômico liberal da regeneração. Assentava ele, em termos muito gerais, por um lado, em um livre-cambismo agrícola tendo como parceiro privilegiado a Grã-Bretanha (e gerador de uma típica relação de dependência: o país especializado na exportação de produtos agrícolas – vinho, frutas, carne e cortiça – e constituído, apesar de algum protecionismo às indústrias, como importador de máquinas, matérias primas industriais e produtos manufaturados; por outro, numa prática sistemática do déficit orçamental e do endividamento interno e externo do Estado, financiadores dos grandes empreendimentos infra-estruturais – caminhos de ferro e estradas – lançados na segunda metade do século. A crise internacional dos anos 90 vai atingir mortalmente tal política: a perda dos mercados agrícolas de exportação, o bloqueio do financiamento externo, o agravamento do déficit comercial e da dívida externa e, sobretudo, a inexistência de divisas para os solver – a bancarrota do Estado – empurram os grupos sociais dominantes para a imprescindibilidade de revisões mais ou menos profundas das suas estratégias econômicas e políticas. (ROSAS, 1989, P.100)

Em 5 de outubro de 1910 foi implantada a República em Portugal. Entre as primeiras medidas estavam a substituição do real pelo escudo, criação de um novo hino e de nova bandeira. No ano seguinte, foi eleita uma Assembleia Constituinte, que organizou uma nova Constituição, implementada em 1911. Foi eleito o primeiro presidente da República, Manuel de Arriaga. A Constituição de 1911 determinou a separação de poderes (legislativo, executivo e judicial) e estabeleceu o estado laico. Encheu de expectativas os trabalhadores ao estabelecer o direito à greve, a 8 horas de trabalho diário e um dia de descanso semanal e a criação de um seguro

obrigatório para doença, velhice e acidentes de trabalho.

Na verdade, o anticlericalismo republicano fomentou a fragmentação política no país. Dentre a intelectualidade católica portuguesa, passou-se a se discutir alternativas a esse anticlericalismo. Nesse contexto, nasceu o Integralismo Lusitano (IL), marcado pela emergência de uma juventude intelectualizada, cuja maioria provinha da Universidade de Coimbra. Surge oficialmente em 1913, sendo citado pela primeira vez na revista *Alma Portuguesa*. Não possuía um líder único, mas sim um grupo de recém-formados na Universidade de Coimbra, composto por José Hipólito Vaz Raposo, Luís de Almeida Braga, António de Souza Sardinha, Alberto de Monsaraz, José Pequito Rebelo e Francisco Rolão Preto. Embora não tenha se constituído como uma agremiação política organizada, o IL exerceu expressivo papel no cenário político português. Apesar de ter como inspiração *Action Française*, nunca se transformou em uma liga política de expressiva atuação. Desde sua formação, foi consolidando-se como celeiro de intelectuais, agiu no campo das ideias e constituiu-se como uma referência a direita radical portuguesa do período. (GONÇALVES, 2012, p. 222-233)

O pensamento anti-liberal permeou instituições expressivas, como o Instituto Superior de Comércio. Foi criado em 1911, motivado pelo ideal modernizador dos idealizadores do regime republicano, que tinha na educação um de seus pilares. O Instituto foi inspirado no modelo francês das *grandes écoles de commerce*⁵²⁶. Entre seus docentes, embora predominassem os adeptos do liberalismo, havia defensores do pensamento anti-liberal e anti-moderno, e entre eles, António Lino Neto⁵²⁷.

Nessa instituição, formou-se o comerciante Roque da Fonseca. E em um contexto de turbulência política, inseriu-se na direção da Associação Comercial de Lisboa (ACL).

⁵²⁶ O histórico do ensino comercial português, no entanto, iniciara-se séculos antes. Em 1759, foi criado pelo Marques de Pombal a Aula do Comércio, curso de nível secundário que visava formar pessoal para as tarefas de natureza técnica nas atividades comerciais. Em 1844, a instituição foi transformada em Escola de Comércio que em 1869, foi integrada ao Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Em 1911, o Instituto deu origem ao Instituto Superior Técnico e ao Instituto Superior de Comércio.

⁵²⁷ Presidiu o Centro Católico Português (CCP) entre 1919 a 1934 Foi também deputado ao longo da primeira república, tendo como prioridade modificar a Lei de Separação entre Estado e Igreja num sentido mais favorável à Igreja Católica. Cf: António Lino Neto, *Intervenções Parlamentares 1918-1926*. Lisboa, Edições Assembleia da República e Texto Editores, 2010.

José Hermano Saraiva ressalta que os primeiros anos da república foram marcados por disputas entre diferentes correntes do Partido Republicano, tão logo este conquistou o poder. A partir deste embate, houve uma cisão no partido. De um lado, formou-se o Partido Democrático, composto por defensores de reformas radicais e que eram radicalmente anticlericais. De outro, o Partido Evolucionista, com propostas mais brandas, que defendia uma linha de transigência e de conciliação e que possuía o apoio dos grupos mais altos da burguesia republicana.

Em dezesseis anos de duração, a primeira república portuguesa contou com oito presidentes e cinquenta mudanças de governo. As disputas partidárias foram em certa medida suspensas quando Portugal ingressou na Primeira Guerra Mundial. Os partidos se conciliaram em torno de um governo interpartidário, a União Sagrada. Porém, em 1917, as forças que se opunham ao ingresso do país no conflito articularam-se em uma intensa e violenta agitação política, que contou uma breve ditadura (1917-1918), articulada por Sidónio Pais e com o assassinato de políticos, a exemplo do presidente do Ministério António Granjo, em 1921. Em meio a intensa instabilidade política, forças da direita se aproveitaram do caos político e se articulam com lideranças militares pelo fim do governo dos partidos.

À instabilidade financeira, soma-se problemas graves na economia portuguesa, que afetam de maneira drástica o empresariado do país. Em 1922, por meio de uma reforma econômica, determinou-se que os custos do equilíbrio das finanças e os esforços para a sustentabilidade do câmbio deveriam repassados às empresas, por meio do aumento da carga tributária. Transações financeiras passaram a sofrer uma sobreposição de impostos (MADUREIRA, 1998, P.780-781).

Os trabalhadores, que também apoiaram os republicanos, na expectativa de serem atendidas as promessas de construção de uma nova ordem baseada no trabalho e na justiça, organizaram centenas de greves gerais e se articularam por meio da Confederação Geral do Trabalho. Ameaçados pela crescente agitação social, o Estado adotou, entre 1918 e 1920, uma série de medidas a favor do operariado e do baixo funcionalismo, tais como a obrigatoriedade do seguro social, a criação de um Instituto de Seguros Sociais, a definição da jornada de trabalho semanal de 48

horas.⁵²⁸

As medidas adotadas pelo governo não eliminaram as greves e revoltas. Além disso, a participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial, apesar de exitosa, agravou problemas já existentes como a desvalorização da moeda, a dívida externa crescente e despesas que superavam as receitas.

A relação entre empresariado e o governo republicano tornava-se cada vez mais delicada. No período monárquico, é possível afirmar que tanto a ACL quanto a Associação Industrial de Lisboa mantinham um bom relacionamento com a monarquia portuguesa e seus agentes. Embora em 1888 as entidades tivessem sido dissolvidas por João Franco, entre 1900 e 1907 apoiaram e defenderam o ex-presidente do Conselho de Ministros da monarquia. Em uma nota enviada da Lisboa para o jornal *O Paiz*, o posicionamento do empresariado lusitano ao longo do processo foi assim descrito:

Poucos meses antes da revolução, a Associação Comercial de Lisboa era presidida pelo sr. Henrique Taveira, amigo particular do sr. Mello e Souza, um dos elementos com que, aliás, injustificadamente, o sr. João Franco mais contara. Da Associação de Agricultura, é há muitos anos, presidente o dr. Oliveira Feijão, que foi médico da casa real até 5 de outubro. Apenas na Associação dos Lojistas preponderaram sempre elementos republicanos, e tanto que seus destinos preside há longos anos o velho democrata Pinheiro de Mello⁵²⁹.

As três associações citadas acima manifestaram aprovação à Constituinte de 1911. O republicanismo chega ao poder em um contexto em que a maioria das “forças vivas” desejavam, naquele momento de fragilidade nas relações econômicas entre Portugal e Grã-Bretanha, era um Estado forte, que interviesse na economia do país em prol das “forças vivas” portuguesas.

Para a débil e bloqueada burguesia industrial, abre-se a oportunidade histórica de, face ao abrandamento da concorrência dos capitais e das mercadorias britânicas, face à debilitação do lobby do import/export, partir à conquista do mercado interno: substituindo importações, criando novas indústrias, transformando em seu proveito as matérias primas nacionais, etc. Para tal, ela pede ao Estado uma nova atitude de intervenção política e econômica: que contenha as reivindicações operárias despoletadas com a industrialização neste último quartel, dado não ter poder econômico que permita políticas sociais de enquadramento e diálogo; que proteja o mercado nacional e colonial da concorrência externa, que fomenta a

⁵²⁸ 42 horas para bancários e funcionários de escritório. Cf. MARQUES, A. H. Oliveira. A Primeira República Portuguesa. Alguns aspectos estruturais. Lisboa: Livros Horizonte Lda. P.45-40.

⁵²⁹ Notas a respeito da nova Constituinte portuguesa. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 30 de maio de 1911, anos XXVIII, nº 9732, p.4

conquista de mercados externos, que compense com seus financiamentos a carência de capital para o investimento industrial; que arbitre componha dissídios com outros setores de classes dominantes. (...) não nos parece poder falar-se de um take off industrial em Portugal neste período, apesar de esta oportunidade não ter podido ser aproveitada pela imposição hegemônica de uma estratégia industrializante, o certo é que, não obstante, é esta a fase de um modesto, mas real "surto industrial". (...) a burguesia industrial portuguesa sobe por esta via ao palco da cena econômica e política. E o que é importante registrar é que, desde o primeiro momento, por virtude das debilidades históricas de seu processo de acumulação, o faz fortemente apoiada na proteção e intervenção do Estado: o faz postulando uma concepção difusamente autoritária do papel do Estado que pouco tem a ver com os paradigmas do Estado liberal.(ROSAS, 1989, P.100-101)

As relações com os republicanos ao longo dos turbulentos anos da primeira República foram marcadas por tensões. Em 1924, a ACL adquiriu o jornal *Século* para articular suas reivindicações e posições contrárias ao governo.

Entre novembro de 1924 e fevereiro de 1925, estive à frente dos destinos portugueses um governo que contava com o apoio de setores anarco-sindicalistas, de membros do Partido Socialista e de comunistas. Sob a liderança de José Domingues dos Santos, o governo buscou adotar uma série de medidas no sentido de recuperar a base social do país. Enfrentou forte oposição do empresariado português, em especial a partir do decreto 10.474, e dos esforços para realizar uma ampla reforma bancária. O decreto foi encarado pela entidade como uma autorização formal para que o governo se intrometesse na administração do Banco de Portugal, além de ter sido responsável pelo aumento considerado abusivo da carga tributária, causando a fusão de pequenos estabelecimentos bancários e provocando a restrição da mobilidade de operações dos estabelecimentos de crédito. Além disso, o governo também propunha a realização de uma reforma agrária, o que contou com forte reação de latifundiários do Alentejo e Ribatejo.

A direção da ACL e outras entidades utilizaram o jornal *O Século* para propagar discursos contrários ao governo. Nessa campanha, destacou-se Pequito Rebelo, um dos fundadores do Integralismo Lusitano, que considerava ser intenção do governo erguer a reforma como bandeira revolucionária. Argumentava que a lei possuía como defeito gravíssimo o estadismo e que o latifúndio era a melhor utilização da propriedade⁵³⁰.

⁵³⁰ Ver: O Século. 15 de janeiro de 1925. Cf. ARRANJA, Álvaro. Um governo de esquerda na 1ª República. Portal esquerda.net. <http://www.esquerda.net/artigo/um-governo-de-esquerda-na-1%C2%AA-rep%C3%BAblica/28355>

Após um mal-estar com o governo em função de seus posicionamentos, a associação foi temporariamente extinta. Em fevereiro de 1925, por um decreto, o governo dissolveu a ACL, alegando que a associação havia tomando “*um caráter de verdadeira rebelião contra os poderes constituídos, transformando-se em grêmio político tendente a promover a desordem e capaz de gerar males sociais difíceis de calcular*”⁵³¹.

Nesse contexto, tem expressiva atuação uma organização política chamada União dos Interesses Económicos, presidida por J.P Rosa, que na ditadura de Sidónio Pais foi nomeado vogal da Comissão Administrativa da CML e em 1923, passou a exercer a função de diretor-secretário da ACL (1923-1926) (FONTES, 1999, p.138). Além de J.P Rosa, a UIE contava com outros dois membros da ACL: Alfredo Ferreira e Roque da Fonseca.

A UIE representava cerca de 120 associações patronais do comércio, indústria e agricultura. O movimento conspirou abertamente a favor de uma intervenção militar e pela derrubada do regime constitucional. Os associados delegaram um grupo de cinco pessoas, que sob a direção de J.P Rosa, ficou encarregado da articulação política da UIE (FONTES, 1999, p.138).

Roque da Fonseca exerceu expressiva atuação como membro da UIE, sendo inclusive seu porta-voz em ocasiões significativas para a união e para o empresariado da capital portuguesa. Em janeiro de 1925, a ACL organizou um banquete para receber o presidente da Associação Comercial de São Paulo, José Carlos Macedo Soares. Entre os presentes, estavam o vice-presidente da Associação de Agricultura, Fernando de Oliveira, o presidente da Associação Industrial Portuguesa, José Maria Alvares e o presidente da Associação de Lojistas, Eduardo Maria Rodrigues. Na reportagem, reproduzida no periódico brasileiro *O Jornal*, Roque da Fonseca é apresentado como porta-voz da UIE e seu discurso para o empresário brasileiro era de que estava certo que “*a obra de união das forças econômicas de Portugal e Brasil há de se realizar*”.⁵³²

⁵³¹ Idem.

⁵³² ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE LISBOA OFERECE BANQUETE A JOSÉ CARLOS MACEDO SOARES, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1925. Ano VII, nº 1893, p.5.

Seu discurso estava em consonância com os demais, a exemplo das falas registradas no periódico. José Maria Alvares afirmara que se encontrava entusiasmado “*com a forma inteligente por que as forças econômicas, o comércio, a indústria e a agricultura, se tem desenvolvido no Brasil*”. Manifestou o seu pesar “*por as forças econômicas dos dois países não viverem retintamente unidas*”, sendo um desejo seu de que aquela “*festas íntima*”, como definiu o banquete, resultasse na “*almejada e necessária união*”.

Tanto a ACL quanto a UIE, entre nos anos de 1923 e 1926 foram arenas articuladoras de oposição ao regime e formavam um grupo bastante heterogêneo, reunindo republicanos descontentes com os rumos do governo, anticlericais, católicos confessos e defensores da restauração monárquica. Nessas arenas circulou o futuro presidente do Conselho de Ministros, António Oliveira Salazar. Em dezembro de 1923, no Congresso das Associações Comerciais e Industriais, apresentou a tese “*Redução das Despesas Públicas*”. Ao longo da organização e atuação da UIE, Salazar ocupou a função de consultor econômico, ao lado de Armindo Monteiro (FONTES, 1999).

A medida em que os anos se passavam, o entendimento entre o governo republicano e o empresariado português ficava cada vez mais tensas. Em outubro de 1924, em assembleia, dirigentes de várias associações patronais resolveram cortar relações com o governo, votando favoravelmente ao fechamento do comércio. A medida era uma resposta do patronato à rejeição do governo em rever as taxas de impostos cobradas pelo Estado⁵³³.

O movimento operário foi hostil a decisão do patronato, e não tardou manifestar-se contrário a UIE.

A reunião decorreu tumultuosa, dando-se vários incidentes, chegando a ser postos para fora da sala, repleta de povo, alguns indivíduos que estavam perturbando os trabalhos. Da ruam chegavam os gritos de “abaixo o comércio”, “morram os exploradores do povo”, que um grupo de arruaceiros lançava, pretendendo assaltar a associação (...)⁵³⁴.

⁵³³ AS ASSOCIAÇÕES PATRONAIS RESOLVEM CORTAR RELAÇÕES COM O GOVERNO – O FECHAMENTO DO COMÉRCIO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1924, nº 287, p.8.

⁵³⁴ A LEI DO SELO EM PORTUGAL – AS RESOLUÇÕES TOMADAS PELAS O jornal. *Rio de Janeiro*, 14 de novembro de 1924, ANO vi, Nº 1804, p. 3

Nas eleições daquele ano a UIE marcou presença, elegendo seis deputados⁵³⁵.

Tabela – Deputados Eleitos em 1925⁵³⁶

PARTIDO	DEPUTADOS ELEITOS
Democráticos	32
Nacionalistas	31
Independentes	10
Esquerdistas	7
UIE	6
Monárquicos	6
Socialistas	2

Em fins de novembro do ano seguinte, abriu-se uma cisão na UIE, que desligou-se da ACL⁵³⁷.

Ao longo da primeira fase da experiência republicana portuguesa, o Partido Democrático concentrou seus esforços para conquistar o apoio das *forças vivas*, mais nitidamente, de seu setor ligado a importação e a exportação, não hesitando em colocar em prática inúmeras medidas para reprimir o movimento operário para aquietar o patronato português. A medida, no entanto, só contribuiu para que os republicanos perdessem o apoio político do operariado. Para as *forças vivas*, desde a derrubada da monarquia estava presente o pensamento de que o democratismo republicano não seria a melhor alternativa ao liberalismo monárquico (ROSAS, 1998, P.102).

Da ditadura ao estado novo: empresariado e a construção do estado autoritário português.

Em 16 de novembro de 1926, teve início em Portugal a Ditadura. Por meio de um

⁵³⁵ Segundo o deputado monárquico Carvalho e Silva, o partido firmou um pacto de aliança com a UIE nessas eleições. Cf. PORTIGAL. O Imparcial, 3 de novembro de 1925, ano XIV, n.4698. p.6

⁵³⁶ ELEIÇÕES GERAIS EM PORTUGAL – ELEITOS SEGUNDO O DIÁRIO DE NOTÍCIAS – O Jornal. 11 de novembro de 1925, nº 2117, p. 3

⁵³⁷ CISÃO NA UNIÃO DOS INTERESSES ECONÔMICOS DE LISBOA. O Jornal, 14 de novembro de 1926, nº 2433, p.16.

decreto, o general Oscar Carmona foi nomeado presidente da República, interinamente. O parlamento foi dissolvido e coube aos militares exercer as posições principais nas instituições administrativas. A Ditadura não apresentava um projeto alternativo ao liberalismo da primeira República. Segundo Joaquim Veríssimo Serrão, as lideranças responsáveis pelo regime ditatorial defendiam que o propósito do governo deveria ser o de salvaguardar a pureza do regime republicano. As Forças Armadas mostraram-se dispostas a assumir o papel de intérpretes da vontade nacional, diante de um momento de fragilidade das instituições políticas (SERRÃO, 1977, P. 17). Era, portanto, o resultado de um compromisso transitório mediatizado por militares (PINTO, 2007, P.19).

Antonio Costa Pinto ressalta que para se analisar as atitudes políticas dos primeiros anos da Ditadura Militar, a compreensão do espectro político-ideológico da direita portuguesa pode apresentar grande contribuição. Nesse sentido, oferece uma delimitação de uma tripologia tripartida de seu espectro: o *liberalismo conservador*, o *conservadorismo autoritário* e a *direita radical*.

O *liberalismo conservador* estava expresso nos partidos republicanos conservadores, que tinham por aspiração que o golpe conduzisse a uma remodelação do sistema partidário que limitasse o parlamento. Desejava ainda que fosse criado um partido conservador forte para fazer frente ao partido democrático. O *conservadorismo autoritário*, de aspecto acentuadamente antiliberal, tinha como objetivo o estabelecimento de um partido único, de vocação *integradora*. Entre seus membros, que incluíam católicos, monárquicos e republicanos simpatizantes de um Estado autoritário havia o desejo de implementação do corporativismo cujo modelo variava de republicano a católico, conforme a identificação política e ideológica dos integrantes dessa vertente. Por fim, a *direita radical* desejava ruptura total com o sistema liberal e a construção de um estado nacionalista com base no corporativismo integral. Tinha como suporte o Integralismo Lusitano ((PINTO, 2007, P.19-20).

No campo econômico, o impasse em torno da solicitação de empréstimo junto à Sociedade das Nações promove desgastes. Ocupando a pasta das finanças, Sinel de Cordes não aceita às condições impostas para a concessão do empréstimo. Essas condições implicariam em esforços para promover um rígido controle das

finanças do país. Com a recusa, a situação financeira do país se torna dramática a gestão de Sinel Cordes chega ao seu limite.

Em 1928 ocorrem as eleições presidenciais, que dão a vitória do General Carmona. Ingressa no governo, como ministro das Finanças, António de Oliveira Salazar, professor catedrático de Economia Política, Ciência das Finanças e Economia Social da Universidade de Coimbra. Salazar promove um conjunto de medidas que resultam no equilíbrio do orçamento e estabilização da moeda portuguesa, valendo-se de uma rígida prática administrativa.

Salazar rapidamente conquista o apoio de amplos setores da sociedade portuguesa. Segundo Oliveira Marques,

atrás de Salazar, claro está, achavam-se poderosas forças: o capital e a banca, que desejavam pulso livre para se expandirem sem restrições, protegidos contra gravames de classes, movimentos grevistas e a contínua agitação social; a Igreja, proclamando vitória sobre o ateísmo republicano demo-liberal e maçônico e explorando as chamadas aparições de Fátima que não tardaria a associar com a figura do futuro presidente do Conselho; a maioria do Exército, constantemente louvado pelo próprio Salazar, respeitado conhecedor de nova disciplina e detentor de redobrados privilégios; os intelectuais das direitas, com grande percentagem de professores de Coimbra; e a maior parte dos Monárquicos, finalmente convencidos de que Salazar acabaria por devolver o seu rei (MARQUES, 1986, 372).

Com prestígio garantindo em múltiplos setores, no ano de 1932, Salazar assumiu a presidência do Conselho de Ministros e deu início a substituição de generais do governo por docentes da Universidade de Coimbra. Articulou a formação da União Nacional, que segundo Fernando Rosas, consistia em uma “*verdadeira frente política estruturante da convergência das forças da direita numa plataforma comum de apoio ao Estado Novo*” (ROSAS, 1998, P.295)⁵³⁸. Em 1933 foi posta em vigor uma nova Constituição, que conferia concentração de poder para o Executivo e a proibição de atuação dos partidos políticos. A União Nacional era o único

⁵³⁸ No período republicano, a direita portuguesa apresentava, segundo António Costa Pinto, uma tipologia tripartida de seu espectro político ideológico: um grupo, definido como *liberal conservador*, expresso pelos partidos republicanos conservadores, que desejavam a remodelação do sistema partidário por meio da criação de um forte partido conservador; a tipologia do *conservadorismo autoritário*, acentuadamente antiliberal, defensor de um partido único de vocação integradora; e, por fim, a *direita radical*, que propunha uma ruptura total com o liberalismo e que tinha como principal suporte ideológico o Integralismo Lusitano. Cf. PINTO, Antonio Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In: PINTO, Antonio Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.19-20.

mecanismo político passível de atuação. A Constituição de 1933 representou, portanto, a formalização das diretrizes fundamentais da proposta de governo de Salazar, que tinha como objetivo a construção de um Estado com uma estrutura corporativa.

Foi nesse contexto que o governo de Salazar esboçou e concretizou uma política social relativamente inovadora, em conformidade com os princípios do pensamento social católico, por setores integralistas e nacional-sindicalistas que defendiam o paternalismo social da iniciativa patronal. Essas iniciativas são expressas na criação do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (1933), no Estatuto do Trabalho Nacional (1933) e na Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (1935) (PATRIARCA, 1995).

No campo da política externa, entre 1933 e 1945, é possível observar que Portugal buscou articular com o Brasil diversas iniciativas de aproximação. A primeira que podemos destacar é o Tratado de Comércio e Navegação de 1933. O país americano vivenciava um contexto político que apresentava semelhanças com o português nos aspectos políticos e sociais: no Brasil, em 1930, um golpe de estado deu fim ao período republicano e iniciou o governo do presidente Getúlio Vargas, que esteve à frente do Executivo ininterruptamente até o ano de 1945. Em 1937, após uma breve experiência democrática, estabelecida pela Constituição de 1934, teve início o Estado Novo no Brasil e foi formulada uma nova Constituição. Assim como em Portugal, o Estado Novo brasileiro apresentava estruturas políticas essencialmente hierárquicas, predominância do poder executivo e supressão de oposição política, bem como a introdução de políticas econômicas que se ancoravam no dirigismo estatal⁵³⁹. A partir de então, a busca pela aproximação entre os dois países se intensificou não apenas no campo econômico. No campo cultural, os resultados desses esforços se expressam no Acordo Cultural Luso-Brasileiro (1941), no Acordo Postal e Telegráfico (1943) e nas Convenções Ortográficas de 1943 e 1945.

⁵³⁹ Cf: GOMES, Angela de Castro. Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil. In: ROLLEMBERG, Denise. QUADRAT, Samantha Viz. (org). A construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011; PANDOLFI, Dulce (org.) Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estadismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

A aproximação interessava aos dois países: o governo português objetivava uma integração lusófona efetiva com suas colônias e com o Brasil. Ao Brasil, a aproximação era encarada como um fator que poderia contribuir para a afirmação de seu nacionalismo e a identificação com a etnia portuguesa em detrimento das demais ia de encontro aos seus interesses em função de seu posicionamento na Segunda Guerra Mundial⁵⁴⁰. Além disso, em função do retraimento comercial Europeu no contexto da guerra, o aprofundamento das relações com Portugal era encarado como uma possibilidade de aumentar as exportações brasileiras para a Europa. Conforme analisa a historiadora Carmen Schiavon, *“a intensificação nas ligações luso-brasileiras permitiria aos dois países a sua afirmação no cenário internacional e o fortalecimento de seus nacionalismos”* (SCHIAVON, 2007, P.287).

Roque da Fonseca como representante do empresariado português no Estado Novo e articulador dos interesses portugueses junto ao Brasil

No contexto acima descrito se insere a trajetória de Joaquim Roque da Fonseca como parlamentar e presidente da Associação Comercial de Lisboa⁵⁴¹. Nascido em 1891, na capital portuguesa, atuou como comerciante e se formou em licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Econômicas e Financeiras de Lisboa⁵⁴².

Entre suas ações na liderança da Associação Comercial de Lisboa, destacam-se os esforços para a criação do Centro de Documentação Econômico, que tinha como objetivo proporcionar aos membros conhecimentos atualizados sobre economia, bem como promover um constante intercâmbio com alunos de escolas técnicas e superiores. Participou, em 1944, da Conferência Econômica Internacional de Rye, em Nova York, fórum de expressiva importância que reuniu representantes de diversos países para discutir as bases da organização mundial que seriam implementadas com o fim da Segunda Guerra Mundial⁵⁴³.

⁵⁴⁰ Considerando o contexto da Segunda Guerra Mundial e existência de numerosos descendentes de imigrantes que vieram de países que compunham o Eixo: italianos, alemães e japoneses. O Brasil deu início a uma política de nacionalização de escolas de imigrantes e proibiu o ensino da língua de nações que faziam parte do Eixo.

⁵⁴¹ Ocupou a presidência da Associação Comercial de Lisboa entre 1936 e 1948.

⁵⁴² ARQUIVO ELETRÔNICO DO PARLAMENTO DE PORTUGAL. Disponível em: http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa%5Chtml/pdf/f/fons_eqa_joaquim_roque_da.pdf. Acesso em: 15/01/2015

⁵⁴³ Idem.

Foi parlamentar, fazendo parte de quatro legislaturas consecutivas entre 1935 e 1949, o que representa um longo período de 14 anos de inserção junto à Assembleia Nacional. Segundo Rita Almeida de Carvalho, uma carreira parlamentar muito longa poderia sinalizar o grau de confiança que o chefe de governo depositava no deputado (CARVALHO, 2001, p. 7-30).

Embora a Assembleia Nacional possuísse suas prerrogativas jurídicas limitadas pelo regime político, em especial pelo artigo 92º da Constituição de 1933, que determinada que as leis votadas pelos deputados deviam se restringir à aprovação das bases gerais dos regimes jurídicos, a instituição possuía expressivo papel na representação de diferentes segmentos sociais.

À cedência às “leis correntes” obrigava o regime, ao integrá-la no seu sistema político, a um cuidadoso recrutamento dos deputados, o qual era pessoalmente conduzido por Salazar. Deste modo se conferia uma singular importância a este corpo político, instrumentalizado enquanto elo de ligação entre este e a respectiva base social de apoio (CARVALHO, 2001, p. 8).⁵⁴⁴

Roque da Fonseca tinha acesso direto tanto a Salazar quanto ao então presidente, o general Carmona, reunindo-se frequentemente com ambos. Na década de 1940, foi o responsável pela seção do comércio e da indústria na exposição industrial portuguesa, organizada em 1940 pelo governo estadonovista com o objetivo de mostrar o desempenho industrial português e fomentar a comercialização de seus produtos⁵⁴⁵

Participou ativamente de diálogos a respeito das relações comerciais entre Brasil e Portugal durante sua gestão como presidente da Associação Comercial de Lisboa. Seu nome era frequentemente noticiado na imprensa brasileira no período. Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, afirmou que “o desenvolvimento do intercâmbio econômico entre Portugal e o Brasil constitui uma das principais preocupações da Associação Comercial de Lisboa”⁵⁴⁶.

No ano de 1941, em parceria com Vitor Guedes Monteiro, organizou o Grupo dos Amigos do Brasil, que tinha como objetivo contribuir para a aproximação luso-

⁵⁴⁴ *Ibidem*, p. 8.

⁵⁴⁵ A capacidade e o esforço português no campo industrial. *A Noite*. p. 3, 20 de julho de 1940.

⁵⁴⁶ Relações comerciais luso-brasileiras. O sr. Roque da Fonseca, em entrevista para o *Jornal do Brasil* anuncia a próxima visita ao nosso país de uma embaixada comercial portuguesa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. p. 11, 24 de junho de 1937.

brasileira. O processo que culminou na criação do grupo envolveu um amplo debate entre as associações comerciais de Lisboa e do Porto, por meio das quais se expressaram empresários interessados na exportação de produtos para o Brasil.⁵⁴⁷ Com a assinatura do protocolo adicional ao Tratado de Comércio e Navegação entre Brasil e Portugal, naquele mesmo ano de 1941, Roque da Fonseca enviou ofício a Salazar, parabenizando-o, em nome da Associação Comercial de Lisboa, pela iniciativa

Trazemos nossas congratulações à v. ex. a quem o país, após a conclusão dos trabalhos indicados no protocolo, ficará devendo entre os êxitos felizes de uma política exterior que tem assegurado a paz e o trabalho à nação, este outro êxito de haver consolidado as bases das relações econômicas entre as duas nações irmãs, cuja fraternidade recebeu há pouco a mais emocionante consagração de que povo algum se pode orgulhar⁵⁴⁸.

Ainda no ano de 1941, Roque da Fonseca foi homenageado pelo governo brasileiro, recebendo o grau de comendador da Ordem do Cruzeiro do Sul, o que indica seu prestígio junto ao governo brasileiro.⁵⁴⁹

Conforme demonstrado nos parágrafos anteriores, Roque da Fonseca foi uma expressiva liderança do empresariado português. De um modo geral, as associações de interesse privado conquistaram espaços políticos expressivos ao longo do século XX. O aumento da capacidade de representatividade dessas associações foi acompanhado de uma progressiva integração com o poder público. Não raramente, essas associações eram convidadas pelo Estado a atuarem como agências de certificação e de autorregulação de grupos e setores, o que conferia ao governo legitimidade, já que poderia contar com essas associações nos processos de implementação de decisões políticas, o que representava uma alternativa à intervenção estatal direta na tomada de decisões. A própria natureza das associações de interesse privado consiste em promover os interesses de seus membros junto às esferas política e econômica de seus Estados, logo, uma liderança de entidade necessariamente deve buscar estabelecer relações sólidas com o governo e seus agentes (STREECK, 2002, P. 3187-3188). Roque da

⁵⁴⁷ Cf. Reunião em Lisboa dos representantes das firmas exportadoras para o Brasil. Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, p. 7, 27 de março de 1941. Carmona na presidência do Grupo dos Amigos do Brasil. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, p.7, 27 de março de 1941.

⁵⁴⁸ As relações econômicas luso-brasileiras. Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, p.17, 5 de agosto de 1941.

⁵⁴⁹ A Ordem do Cruzeiro do Sul concedida a várias personalidades européias e americanas. Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, p.5, 3 de outubro de 1941.

Fonseca, como representante da Associação Comercial de Lisboa, insere-se nesse processo. Ao longo de sua trajetória como representante empresarial é possível observá-lo compondo arenas do Estado e dialogando diretamente com o governo, em especial a respeito das relações comerciais entre o Brasil e Portugal. Sua trajetória, portanto, não se limita a Associação Comercial de Lisboa, pois se insere também em arenas políticas que lhe conferem canais de acesso privilegiados ao Executivo.

Bibliografia

CARVALHO, Rita Almeida de. A elite parlamentar no pós-guerra (1945-1949). **Penélope**, n.24, 2001. PP.7-30.

ESPREGUEIRA, Manuel Affonso d'. **As despesas publicas e a administração financeira do Estado**. Lisboa: Tipografia do Comércio de Portugal, 1896

FONTES, Carlos - **Feira Popular de Lisboa** : diversão e poder. Lisboa: ISCTE, 1999. 279 p. Tese de mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação, ISCTE, 1999, p.38.

GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro. Ressonâncias em Portugal da Implantação da República no Brasil (1889-1895). In: HOMEM, Amadeu Carvalho; SILVA, Armando Malheiro; ISAÍÁ, Artur César (coord). **Progresso e Religião. A República no Brasil e em Portugal. 1889-1910**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português**. 2012. 668f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012

LINO NETO, António. **Intervenções Parlamentares 1918-1926**. Lisboa, Edições Assembleia da República e Texto Editores, 2010.

MADUREIRA, Nuno Luís. O Estado, o patronato e a indústria portuguesa. (1922-1957). **Análise Social**. Vol. XXXIII (148), 1998, (4º), 777-822.

MARQUES, A. H. Oliveira. **A Primeira República Portuguesa. Alguns aspectos estruturais**. Lisboa: Livros Horizonte Lda.

MARQUES, A. H. Oliveira. **História de Portugal** – desde os tempos mais antigos até a presidência do Sr.. General Eanes. 3. Ed. Lisboa: Palas Editores, 1986.

PATRIARCA, Fátima. **A questão social no salazarismo** (1930-1947), 2 vol. Lisboa: IN/CM, 1995, 669 p.

PINTO, Antonio Costa. O Estado Novo e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In: In: PINTO, Antonio Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). **O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.19.

ROSAS, Fernando. A crise do liberalismo e as origens do “autoritarismo moderno” e do Estado Novo em Portugal. In: **Penélope**. Fazer e desfazer história. Nº 2, fevereiro, 1989.

SANTOS, Luis Aguiar. A crise financeira de 1891: uma tentativa de explicação. Lisboa. **Análise Social**, vol. XXXVI (158-159), 2001,

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. História de Portugal – a Primeira República (1910-1926). Editora Verbo, 1977 P.17

SCHIAVON, Carmem G. Burget. **Estado Novo e relações luso-brasileiras** (1937-1945). Tese de doutoramento em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007, p. 287.

STREECK, Wolfgang. HASSEL, Anke. Interest group organization. **International encyclopedia of business and management**, Vol. 4. London: Thomson Learning, 2002. , p. 3187-3188.